

# A IMPRENSA ESTUDANTIL LICEÍSTA NO MARANHÃO (1889-1900)

THE LICEISTIC STUDENT PRESS IN MARANHÃO (1889-1900)  
LA PRENSA ESTUDANTIL DEL LICEO EN EL MARANHÃO (1889-1900)

Cesar Augusto Castro\*, Mayra Cristhine dos Santos Cabral, Samuel Luis Velázquez Castellanos  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: [ccampin.ufma@gmail.com](mailto:ccampin.ufma@gmail.com)

---

**Resumo:** Analisa-se o movimento da imprensa estudantil liceísta maranhense na primeira década republicana (1889-1900), enquanto fonte e objeto de estudo simultaneamente. Para tanto, descrevem-se os aspectos relacionados à materialidade dos jornais *O Século* (1889), *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895), *O Ideal* (1898) e *A Actualidade* (1900) bem como as principais temáticas debatidas por eles. A abordagem teórico-metodológica se baseia nos pressupostos da história cultural. Conclui-se que a imprensa liceísta teve papel de destaque na sociedade maranhense e no processo de revigoração da 'Atenas Brasileira', atuando, principalmente, como veículo de legitimação de práticas intelectuais.

**Palavras-chave:** imprensa estudantil liceísta, Liceu Maranhense, história da imprensa no Maranhão.

**Abstract:** It analyzes the Maranhão liceist student press movement of the first republican decade (1889-1900), as a source and object of study simultaneously. For this purpose he describes the aspects related to the materiality of the newspapers: *O Século* (1889), *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895), *O Ideal* (1898), and *A Actualidade* (1900) the main themes debated by them. The theoretical-methodological approach is based on the assumptions of Cultural History. It concludes that the lyricist press played a prominent role in Maranhão society and in the process of reinvigoration of 'Brazilian Athens', acting mainly as a vehicle for legitimizing intellectual practices.

**Keywords:** lycée student press, Liceu Maranhense, history of the Maranhão press.

**Resumen:** Analiza el movimiento de la prensa estudiantil liceísta maranhense en la primera década republicana (1889-1900), como fuente y objeto de estudio simultáneamente. Para ello, describe los aspectos relacionados con la materialidad de los periódicos: *O Século* (1889), *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895), *O Ideal* (1898), y *A Actualidade* (1900), así como las principales temáticas debatidas por ellos. El enfoque teórico-metodológico se basa en los presupuestos de la historia cultural. Concluye que la prensa liceísta desempeñó un papel destacado en la sociedad maranhense y en el proceso de revitalización de la 'Atenas Brasileña', actuando principalmente como vehículo de legitimación de prácticas intelectuales.

**Palabras clave:** prensa estudiantil del liceo, Liceo del Maranhão, historia de la Prensa del Maranhão.

---

## INTRODUÇÃO

Os trabalhos sobre a imprensa em qualquer área têm se mostrado um campo fértil para pesquisadores, pois nela, seja como fonte ou objeto de estudo, existe uma variedade de informações e vestígios aptos a dar movimento a sujeitos e ideias em diferentes espaços e tempos. No Maranhão, essa assertiva se alarga, tendo em vista que São Luís foi a quarta cidade a receber a imprensa no Brasil<sup>1</sup>, além de ter se destacado no cenário nacional por sua intensa atividade tipográfica utilizada, fundamentalmente, como fator de consolidação de ideais políticos, sociais e intelectuais desde o início do século XIX (Castro & Castellanos, 2008).

À sombra de diferentes olhares e perspectivas, historiadores, bibliotecários e professores têm desvelado, de forma significativa, a história da imprensa estudantil do Maranhão<sup>2</sup>. Tais pesquisas evidenciam a presença de uma rica atividade tipográfica ligada às diversas instituições de ensino do Estado, principalmente ao Liceu, estando passível de ser inventariada desde o início do século XX. Contudo, as informações acerca dessa modalidade de produção no período oitocentista ainda é uma lacuna a ser preenchida. Cabe destacar que Antonio Lobo<sup>3</sup>, em sua obra *Os novos atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão*, publicada em 1909, atribuiu à existência de um par de periódicos organizados por estudantes do Liceu, entre os anos de 1889 e 1900, a responsabilidade pela “[...] passageira fase de efervescência literária” (Lobo, 1909, p. 42) que São Luís sofreu, antes do surgimento da terceira geração da literatura maranhense, a qual, munida de talentosos escritores, fundou, em 1908, a Academia Maranhense de Letras.

Em vista disso, investigamos, neste trabalho, a presença da imprensa estudantil liceísta maranhense na última década do século XIX, momento de estabelecimento da República no Brasil, no intuito de compreendermos em que medida o Liceu<sup>4</sup>, enquanto instituição formadora do pensamento intelectual e

---

<sup>1</sup> Em 1821, quando é publicado *O Conciliador do Maranhão*, o primeiro jornal produzido no Maranhão.

<sup>2</sup> Notadamente a partir da publicação de dissertações de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão.

<sup>3</sup> Figura central dos principais movimentos literários, jornalísticos e culturais surgidos em São Luís no início do século XX. Foi escritor, jornalista, professor do Liceu e diretor da Biblioteca Pública do Estado (Gaspar, 2012).

<sup>4</sup> Criado pela lei nº 77, de 24 de julho de 1838, o Liceu Maranhense foi fundado na cidade de São Luís e, inicialmente, alocado no Convento do Carmo, um dos principais prédios da administração religiosa do Maranhão no período imperial. Essa instituição de ensino secundário tinha como finalidade educar os filhos das famílias maranhenses abastadas, ofertando-lhes um ensino “moderno”, voltado ao estudo de línguas e aos campos literário e científico, para que esses jovens, ao término dos sete anos do curso, estivessem aptos para ingressar nas universidades europeias ou nas faculdades brasileiras de medicina e direito. Enquanto preparador oficial para o ensino superior, o Liceu Maranhense foi a principal instituição de formação do pensamento intelectual e cultural do Maranhão durante todo o período oitocentista.

cultural do Maranhão no período oitocentista, contribuiu para a existência e a representatividade desses impressos.

Para tanto, utilizamos os jornais estudantis enquanto fonte e objeto de estudo, simultaneamente, com fins de apresentarmos a imprensa estudantil liceísta como produto (objeto) de um empreendimento realizado por um conjunto de indivíduos em prol de uma ideia em comum, cuja legitimação dá-se por meio de discursos (fonte) não neutros, aptos a dar movimento a pessoas, ideias e instituições (Lucá, 2008).

Este artigo foi dividido em quatro partes. Na primeira seção, 'Itinerário de resgate dos impressos estudantis liceístas do final do século XIX', expomos os caminhos trilhados que nos possibilitaram, metodológica e teoricamente, o encontro, a recuperação e a análise dos jornais estudantis. Posteriormente, na segunda seção, intitulada 'A imprensa estudantil liceísta maranhense no início da Primeira República (1889-1900)', centramo-nos em apresentar a imprensa liceísta enquanto objeto cultural, contextualizando o ambiente onde há a emersão de cada periódico que a compõe bem como os sujeitos envolvidos no seu aparecimento. Na terceira seção, 'O discurso estudantil liceísta', apresentamos os referidos impressos enquanto fontes capazes de contar a sua própria história a partir das temáticas neles encontradas de forma recorrente. Por fim, na última seção, pontuamos nossas considerações finais sobre o movimento da imprensa estudantil liceísta maranhense publicada na primeira década republicana.

## **ITINERÁRIO DE RESGATE DOS IMPRESSOS ESTUDANTIS LICEÍSTAS DO FINAL DO SÉCULO XIX**

O itinerário de nossa investigação sobre a existência de uma imprensa liceísta publicada no final do século XIX, como apontou Antonio Lobo (1909), *a priori*, contou com o apoio do jornal diário *Pacotilha* (1880-1934), periódico de grande expressão no cenário jornalístico maranhense. Famoso por registrar os principais acontecimentos da capital São Luís, do interior do Estado e do mundo, a *Pacotilha*, em seus espaços de anúncios e notas, divulgou inúmeros jornais de diferentes instituições e localidades, a partir da ideia do 'jornalzinho' como sinônimo de pequenas publicações periódicas de pouca tiragem e que pertenciam a segmentos específicos da imprensa. Nesse sentido, de acordo com o conteúdo de notas e anúncios que faziam referência à instituição de origem dos periódicos, identificamos seis jornais escritos por estudantes do Liceu Maranhense, publicados

no período de 1889 a 1900: *O Século* (1889), *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895), *O Ideal* (1898) e *A Actualidade* (1900)<sup>5</sup>.

Após o encontro dos títulos dos ‘jornalsinhos’ que fizeram parte da imprensa estudantil liceísta no final do século XIX, iniciamos a busca pela recuperação dessas materialidades. A maioria dos jornais estudantis está digitalizada e passível de acesso público, em grande parte, no site da Hemeroteca Digital Brasileira<sup>6</sup>, com exceção dos periódicos *O Século* (1889), que faz parte do acervo físico de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, e *O Ideal*, disponível no acervo digital<sup>7</sup> da mesma instituição.

Na etapa seguinte, a abordagem teórico-metodológica que fundamentou todo o nosso trabalho foi a da história cultural que, ao transitar de forma transversal em nossa pesquisa, desde a escolha do objeto até o tratamento das fontes, possibilitou-nos compreender o movimento da imprensa estudantil liceísta na primeira década republicana bem como a influência do Liceu em sua composição, cumprindo, assim, com o seu principal objetivo, que é “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1988, p. 16-17).

A história cultural tem facultado a descoberta e redescoberta de novos objetos e problemas de investigação, a partir de tratamentos inéditos, baseados no conceito de ‘representação’, enquanto prática cultural inerente da vida social em diferentes lugares e tempos, construída por meio de classificações, divisões e delimitações, capaz de dar sentido ao presente, tornar o outro inteligível e um espaço decifrado (Chartier, 1988).

Segundo Nunes e Carvalho (2005), essa abordagem se difere das demais ao sugerir, à prática historiográfica, a realização de uma história das representações e uma história dos suportes materiais, recusando-se, assim, a trabalhar ideias desencarnadas das práticas dos agentes que as produziram ou das formas impressas que as puseram em circulação e que possibilitaram sua apropriação. É nesse cenário que a história cultural nos ajuda a investigar a imprensa estudantil liceísta como prática cultural, realizada por sujeitos que buscam, a partir da construção de representações sobre o mundo social, a defesa e legitimação de seus interesses, tendo como meio propagador o jornal, este também dotado de influências internas e externas do grupo a que pertence, sendo encarado em sua materialidade de objeto cultural.

---

<sup>5</sup> Cabe destacar que chegamos a esse resultado a partir da aplicação do termo ‘jornalzinho’ na ferramenta de busca encontrada no jornal *Pacotilha* que se encontra digitalizado e disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira ([www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)).

<sup>6</sup> Estão disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira ([www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)) os periódicos: *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895) e *A Actualidade* (1900).

<sup>7</sup> Site: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>.

Essa teoria também inovou ao problematizar a concepção de ‘documento’, refutando a ideia de retrato fidedigno de uma época que passou ou qualquer coisa que fica por conta do passado, capaz de auxiliar na busca da verdade dos fatos, mas o encarando como produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força exercidas pelos detentores do poder, ocasionando, assim, o alargamento da concepção de ‘fonte’ para além dos registros tradicionais (Le Goff, 1990, p. 536). Dessa forma, a partir do movimento da história cultural, os relatos orais, mapas, fotografias, documentos sonoros, audiovisuais e, até mesmo, jornais que anteriormente eram vistos como “[...] pouco adequados para a recuperação do passado, [...] [que]. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (Lucá, 2008, p. 112), passaram a ser encarados como fontes para o trabalho historiográfico, cabendo ao historiador não fazer o papel de ingênuo diante destas, sendo necessário “[...] desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos [...]” (Le Goff, 1990, p. 549). Desse modo, é sob essas afirmações e orientações que tomamos os próprios ‘jornalinhos’ liceístas como fonte principal de nossa análise, não somente na tentativa de realizarmos a história da imprensa estudantil como objeto cultural, mas também para compreendermos o movimento estudantil em prol desses impressos bem como a influência do Liceu em sua composição.

Corroborando a história cultural, Nunes e Carvalho (2005) propõem, como metodologia, a análise dos objetos de investigação em três eixos indissociáveis:

O primeiro diz respeito à realização de uma história dos objetos na sua materialidade, no intuito de realizar uma arqueologia dos objetos, o que, no nosso caso, consistiu em apanharmos cada ‘jornalinho’ liceísta em sua forma (características físicas de tamanho, uso de recursos tipográficos, número de páginas colunas etc.), frequência (aspectos de periodicidade, saídas de números, interrupções assiduidade de jornalistas etc.), dispositivo (conjunto de elementos que influenciam na composição como tipografias, corpo editorial, redatores etc.) e, por fim, estrutura (organização e disposição das informações, assuntos tratados, seções permanentes, linguagens utilizadas etc.);

O segundo eixo faz referência à realização de uma história das práticas nas suas diferenças que, aplicada ao nosso objeto de estudo, consiste em revelar as intencionalidades por trás do estabelecimento da imprensa estudantil liceísta na primeira década republicana, tendo como foco os sujeitos que a produziu assim como os diferentes usos que essas pessoas fizeram de cada ‘jornalinho’;

O terceiro e último eixo diz respeito à inserção da história dos objetos na sua materialidade e da história das práticas nas suas diferenças, em uma forma mais ampla de compreender as formações sociais, estruturas psíquicas e armaduras conceituais em suas variações históricas, ou seja, uma história dos dispositivos

sociais, conceituais e psíquicos. No que diz respeito às formações sociais, a metodologia proposta, aplicada ao nosso objeto de investigação, nos indaga sobre os dispositivos sociais envolvidos na produção da imprensa estudantil liceísta assim como a respeito das posições ocupadas por esses sujeitos na sociedade maranhense e das relações traçadas entre eles para a criação desse empreendimento, além das formações sociais ocasionadas com o seu estabelecimento. Por outro lado, as mudanças nas estruturas psíquicas se referem à captação das tentativas de legitimação da imprensa estudantil e de cada jornal a que ela pertenceu frente às instituições e aos espaços em que circulou. Por fim, sobre as armaduras conceituais, procuramos identificar os modelos e conceitos que nortearam e influenciaram a concepção dos ‘jornalsinhos’, desde os ideais de educação produzidos e reproduzidos pelo Liceu Maranhense, sua instituição originária, até os epítetos atribuídos ao Maranhão durante no século XIX.

Quanto à análise de conteúdo das fontes, valemo-nos das indicações de Mortatti (2015) sobre a ‘configuração textual’, no intuito de realizar um exame integrado de todos os aspectos que compõem os sentidos dos ‘jornalsinhos’ da imprensa liceísta, no tocante a seus aspectos físicos de objeto cultural e os de conteúdo que ajudam no desvelamento dos principais assuntos debatidos. A ‘configuração textual’ propõe compreender as fontes em sua singularidade, a partir de indagações sobre as questões constitutivas de sua configuração, que são temático-conteudísticas (o quê?), estrutural-formais (como?), projetadas por determinado sujeito (quem?), ponto de vista e lugar social (de onde?), momento histórico (quando?), movido por quais necessidades (por quê?), propósitos (para quê?) e, por fim, o efeito no leitor (para quem?).

## **A IMPRENSA ESTUDANTIL LICEÍSTA MARANHENSE NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1900)**

O movimento da imprensa estudantil liceísta, após a proclamação da República, contribuiu de forma singular para o ressurgimento de um cenário cultural e literário que o Maranhão, órfão de seus grandes vultos do século XIX, há tempos reivindicava.

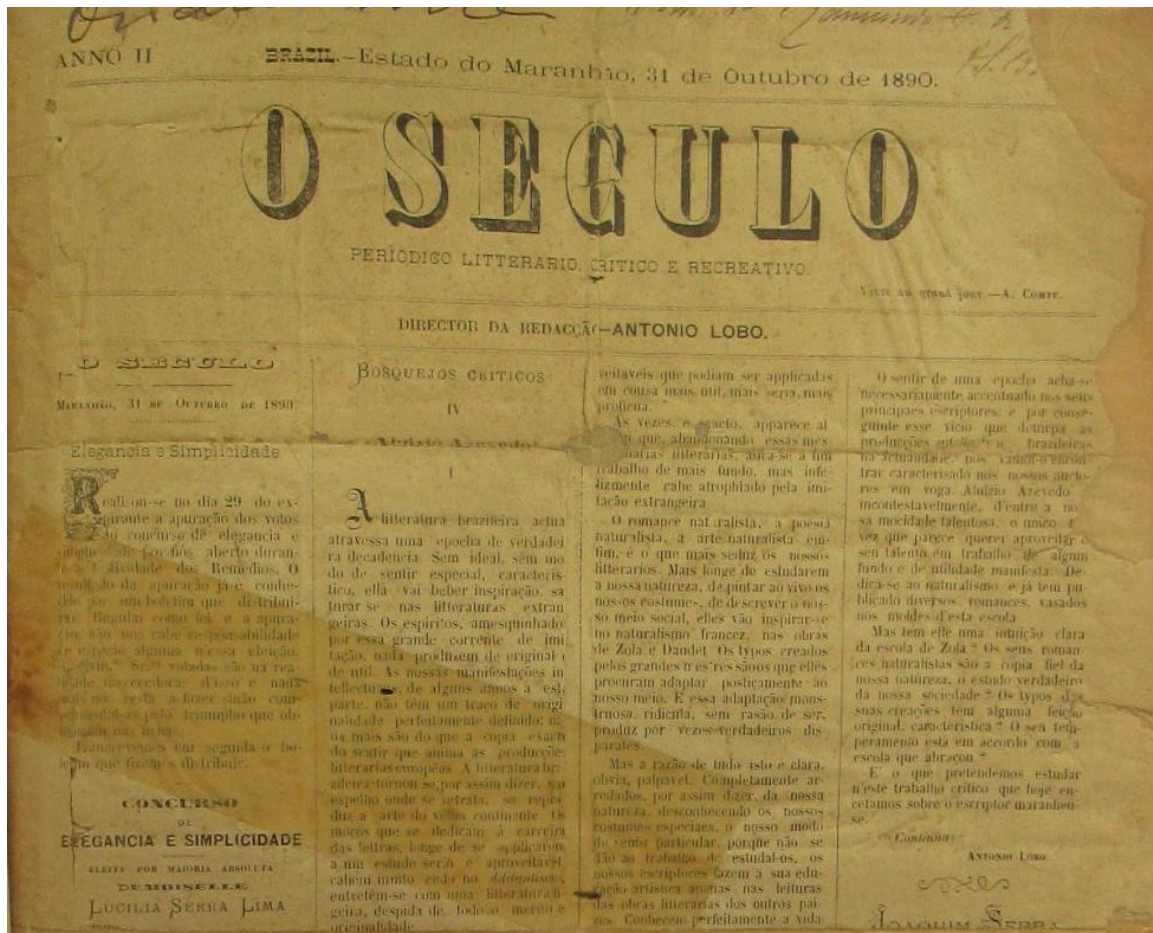
No contexto recém-republicano, a primeira folha idealizada por estudantes do Liceu foi fruto de uma série de palestras noturnas, organizadas pelo professor Manuel de Béthencourt<sup>8</sup>, catedrático de filosofia, que as promovia em sua própria casa para um grupo seletivo de jovens rapazes. Nessas reuniões, sentados à mesa e

---

<sup>8</sup> Uma das figuras mais importantes na tentativa de revigoramento cultural e intelectual do Maranhão no final do século XIX, Manuel de Béthencourt, português radicado no Maranhão, foi professor de filosofia do Liceu Maranhense, jornalista, crítico literário, redator dos periódicos literários *Philomathia* e *Estudante*, além de grande amigo e incentivador da juventude letrada de São Luís (Moraes, 1976).



com o mestre à cabeceira, os aspirantes às letras se viam envoltos em discussões que iam dos romancistas russos aos naturalistas franceses, dos sistemas filosóficos contemporâneos às literaturas portuguesa e brasileira. Tais trocas culminaram na criação do jornal *O Século* (Figura 1) em 1889, à sombra diretora do mestre Béthencourt e da redação de Aluísio Porto, Montrose Miranda, Manoel Nina, Fausto Fragoso, Pacífico Bessa e Antônio Lobo (Lobo, 1909).



**Figura 1** - *O Século*, ano 2, dia 31 de outubro de 1890, metade da primeira página com quatro colunas.

Fonte: *O Século* (1890).

No cenário literário, o nascimento d’*O Século* demarca a primeira tentativa de revigoração intelectual do Maranhão no final do século XIX; para Lobo (1909) e Martins (2006), o pequeno periódico dos estudantes do Liceu é o resultado concreto das ‘Cavatinas’ ou ‘Cavacos Literários’ promovidos por Béthencourt, que, ao acolher e aconselhar os liceístas, os ‘cavaqueadores’, “[...] amistosamente, em franca e íntima camaradagem, sem que procurasse afetar os ares clássicos de mestre-escola, a dominar pela carranca conselheiral e doutrinária, [...]” (Lobo, 1909, p. 38),

influenciou toda uma geração a reestabelecer, *in loco*, a supremacia intelectual da decantada Atenas Brasileira<sup>9</sup>, uma vez que

[...] vida literária local absolutamente a não tínhamos e que, se continuávamos condignamente representados, na cultura geral brasileira, não era absolutamente pelo que aqui fazíamos, e sim pelo que na capital operavam os escritores maranhenses, muito cedo emigrados da terra natal, em busca de campo propício para às múltiplas expansões da sua atividade espiritual (Lobo, 1909, p. 36).

O impacto da distribuição d'*O Século* foi narrado com distinção por um dos mais representativos órgãos da grande imprensa maranhense no período oitocentista: a *Pacotilha*. Esse jornal destacou, em suas páginas, o movimento da primeira folha escrita por estudantes do Liceu, ressaltando, sobretudo, os anseios de seus produtores, a qualidade de sua escrita e as ilustres contribuições recebidas em sua breve vida. Quando da sua “[...] pequena interrupção de meses, até 1890” (Lobo, 1909, p. 41), a *Pacotilha*, como o proclamador oficial da imprensa da mocidade, conclamou a volta d'*O Século* com notável entusiasmo, manifestando que seu reaparecimento “[...] por fim e, como d’antes, [veio] cheio de versos, artigos de literatura e o mais que tanto se deliciam os moços” (Pacotilha, 1890, p. 2).

Relembrado como o jornal onde Antonio Lobo fez sua estreia na imprensa, *O Século* também foi palco do lançamento do poeta Aluísio Porto<sup>10</sup> e da exposição de artigos dos já consagrados Augusto Frago<sup>11</sup> e Dunshee de Abranches<sup>12</sup>. Embora a empreitada da mocidade tenha angariado vários colaboradores e recebido incentivos monetários de figuras como Pacífico Bessa, funcionário público da Fazenda e poeta nas horas vagas, a publicação do ‘jornalinho’ passou por diversas dificuldades, dentre elas, uma parada de cinco meses, até que a folha estudantil desaparecesse definitivamente ainda em 1890 (Lobo, 1909).

---

<sup>9</sup>Epíteto arquitetado pela sociedade letrada maranhense na primeira metade do século XIX como sinônimo de superioridade linguística e intelectual. O imaginário de que o Maranhão seria uma espécie de “Atenas Brasileira” foi reforçado quando da emergência de notáveis escritores como Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa e Sotero dos Reis na década de 40 do período oitocentista, que posteriormente foram identificados na literatura nacional como o Grupo Maranhense. A ideia do reestabelecimento de uma Atenas em território maranhense atravessou todo o período oitocentista e o novecentista com a mesma magnitude e intensidade de sua suposta criação.

<sup>10</sup>Notável poeta e jornalista que faleceu precocemente aos 21 anos (Lobo, 1909).

<sup>11</sup> General e bacharel pela Escola Superior de Guerra. Participou ativamente no processo de proclamação da República e como chefe do Estado-Maior do Exército na Era Vargas.

<sup>12</sup>Doutor em direito, professor, escritor, jornalista e parlamentar. Abranches também foi fundador do jornal *O Censor* no Maranhão durante o período imperial (Moraes, 1976).



A efemeridade do primeiro jornal liceísta não representou a morte prematura desse tipo de imprensa no Maranhão, uma vez que essa publicação atribuiu aos jornais estudantis características próprias que influenciaram não somente na sua composição material, mas na determinação de práticas específicas de sobrevivência, que envolveram diversos eixos e atores da sociedade local, bem como expôs os anseios de um grupo no que tange à construção da República no Brasil e, principalmente, quanto à formação e à manutenção da vida intelectual maranhense. Martins (2006, p. 122) conclui que “O empreendimento teve duração efêmera, mas conseguiu indicar à mocidade letrada veredas passíveis de serem trilhadas por possíveis movimentos de ressurreição cultural do Maranhão, que tivessem por orientação ideias seculares, materialistas e modernas”.

Assim, após o desaparecimento d’*O Século* em 1890, uma série de periódicos vinculados ao Liceu Maranhense começaram a surgir em São Luís: *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895), *O Ideal* (1898) e *A Actualidade* (1900).

O jornal liceísta *O Ensaio* (Figura 2), criado em 1890, longe de querer indicar já em seu título o gênero literário a ser exaltado em suas páginas, pretendia ser o palco e o próprio ensaio das primeiras lides jornalísticas de jovens estudantes. Circulando duas vezes ao mês, ele perdurou até 1891, com impressão pela Tipografia da Pacotilha<sup>13</sup>. Mesmo sendo uma iniciativa de estudantes, a folha apresentava projeto editorial consistente de produção e circulação. Com a redação de J. C. Raposo Junior, Archilles Lisboa e Alcides Pereira, o jornal aceitava colaborações de assinantes que pagassem mensalmente o valor de 300 réis. Sobre os termos de assinatura, o periódico adiantava que “Aquelas pessoas a quem dirigimos o nosso jornal e que não o devolverem no prazo de três dias serão considerados assinantes” (*O Ensaio*, 1890, p. 4).

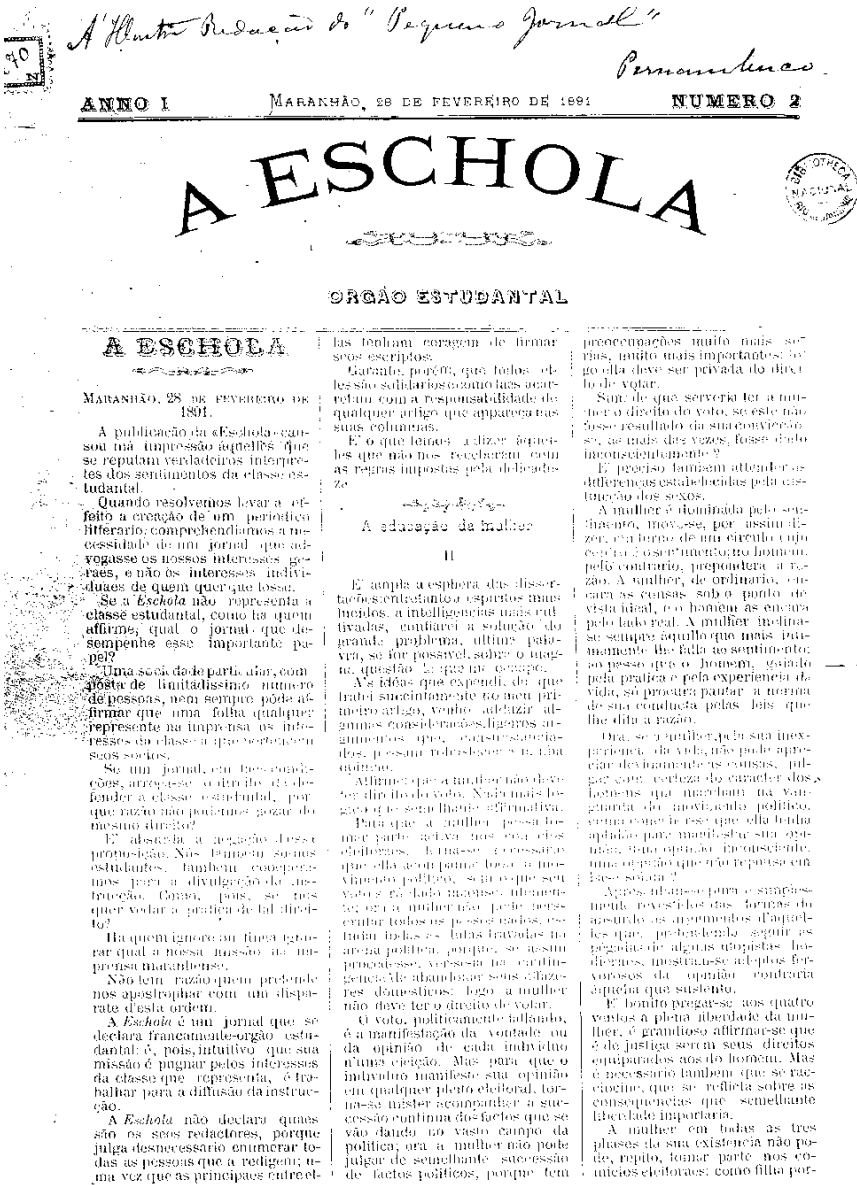
---

<sup>13</sup> Tipografia pertencente ao jornal *Pacotilha* que imprimia papel, cartões e cetim em prelos mecânicos, com tipos de fundição americana, a preços baixos (Pacotilha, 1881).



Figura 2 - O Ensaio, número 1, primeira página com três colunas.  
 Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2018).

Em 1891, o pequeno jornal *A Eschola* (Figura 3) se apresentou à sociedade maranhense como mais um representante da classe estudantil e defensor da instrução, por meio das crônicas, poesias e artigos críticos nele publicados. De saída mensal, a folha não mencionava qualquer tipo de expediente, valores ou formas de assinatura, o que pode ser indício de gratuidade ou de distribuição seletiva, com pouca tiragem. Igualmente a seu antecessor, esse jornalzinho também estava no rol das impressões realizadas pela Tipografia da Pacotilha.



**Figura 3** - A Eschola, número 2, primeira página com três colunas.  
 Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2018).

Único representante do jornalismo discente do Liceu, impresso por J. C. Leite, *O Porvir*, colocado para circular no dia 15 de junho de 1895, acompanhava os moldes das publicações realizadas por seus outros companheiros de imprensa. Ao se apresentar, o jornal sugeria a sua criação como “Despretensiosamente, sem estulta pretensão de ocupar um lugar saliente entre os órgãos ilustres e criteriosos da imprensa jornalística maranhense [...]” (*O Porvir*, 1895a, p. 1). Tendo como epígrafe “O trabalho e a sciencia são d’ora em diante os senhores do mundo [...]”, essa folha estudantil buscou arranjar sua publicação em um formato mais comercial, no qual as informações sobre os termos de aquisição e valores eram apresentados logo na primeira página. Circulando uma vez ao mês, *O Porvir* era vendido a 300 réis, em sistema de pagamento adiantado. (Figura 4).

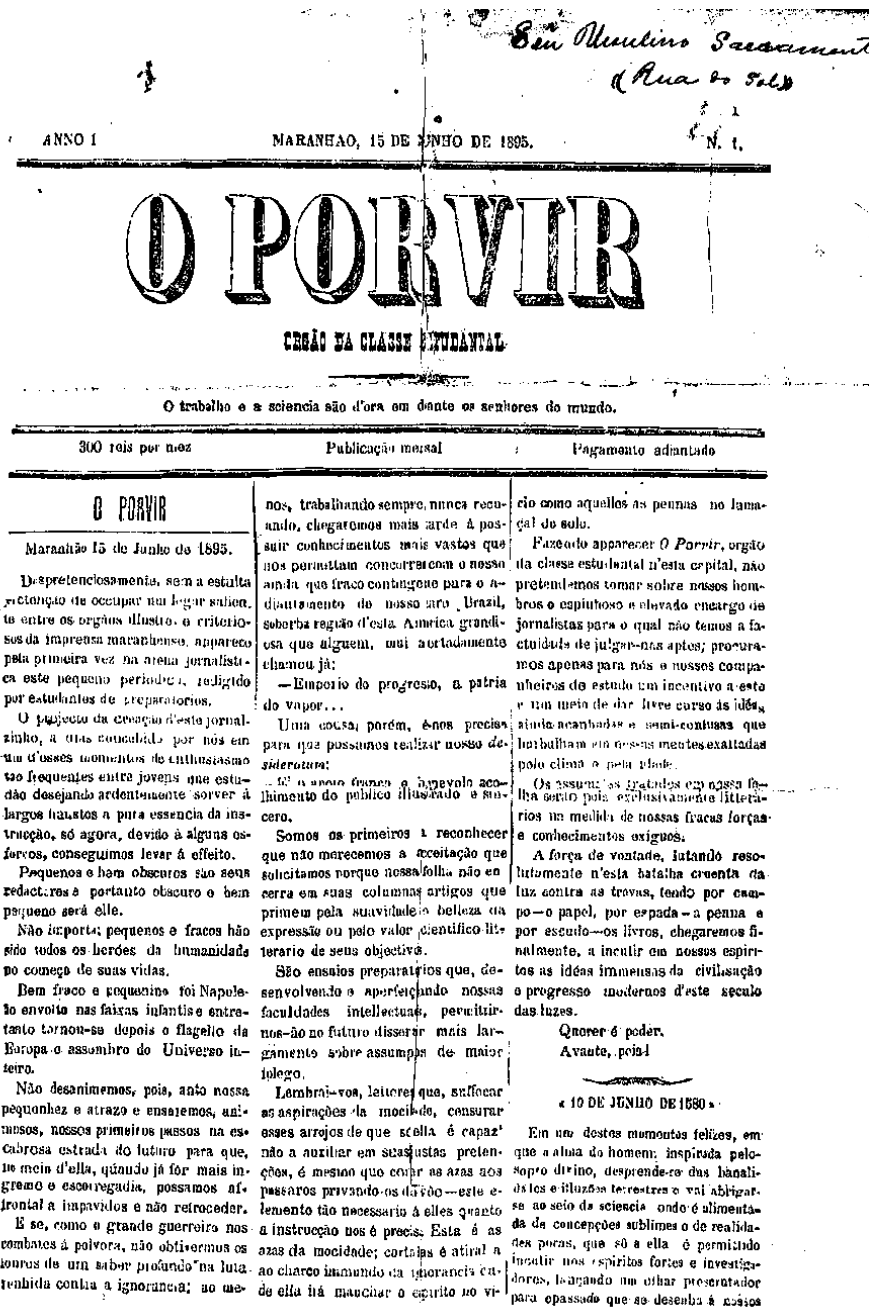


Figura 4 - O Porvir, número 1, primeira página com três colunas.  
 Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2018).

Já *O Ideal, Orgão Litterário e Estudantil* da mocidade liceista, saiu pela primeira vez no dia 20 de setembro de 1898. Com redação situada à rua Formosa n.18, prédio onde funcionava o Liceu, o pequeno periódico carregava uma epígrafe, assim como seu antecessor, que dizia: “Obreiros do progresso, eu vos saúdo, Filhos da minha pátria, eu vos bendigo. Coragem, luctadores!” (*O Ideal*, 1898a, p. 1), cuja autoria era de A. Pereira. Seguindo a periodicidade dos demais jornais estudantis, ele circulou uma vez ao mês, sem dia fixo para lançamento/publicação (Figura 5).





Figura 5 - O Ideal, número 1, primeira página com três colunas.  
 Fonte: O Ideal (1898a).

Ao integrar o aspecto literário à sua apresentação, *O Ideal, Orgão Litterário e Estudantal* inaugurou a prática de associação dos jornais liceístas aos grêmios literários, funcionando como se fossem seus órgãos divulgadores. O “interessante jornzinho da mocidade estudiosa” (Pacotilha, 1898, p. 3) passou a ser vinculado ao *Grêmio Literário Estudantal*, em 1899, e tal agremiação se estabeleceu na sociedade maranhense com distinta atuação e reconhecimento, sendo citada, frequentemente, por jornais diários da capital até 1906, pela participação em eventos sociais e cívicos da cidade. Com impressão sob a responsabilidade de ‘Antonio Perreira Ramos d’Almeida & C. Succs’, embora o jornal apresentasse dados sobre o seu expediente, ele não informava valores ou formas de aquisição, de modo que inferimos que essa folha era gratuita ou de distribuição seletiva.



Por fim, *A Actualidade*, periódico imparcial, literário, crítico e noticioso, foi o último jornal liceísta posto para circular ainda no século XIX. Criado em 1900, com redação situada no consistório de São João, narua da Paz, o jornal apresentava um projeto editorial arrojado. Também impresso pela Tipografia 'Antonio Pereira Ramos d'Almeida & C.<sup>a</sup> Succs', essa publicação inovou na sua periodicidade, saindo três vezes ao mês e em dias exatos, do mesmo modo que não assumiu o caráter de órgão estudantil como os pioneiros da imprensa liceísta. Sob a direção de Luís Carvalho e Henrique Fernandes, com colaboração de importantes intelectuais da época, o jornal era vendido a 300 réis na capital e 3\$000 no interior, obedecendo ao sistema de assinatura trimestral (Figura 6).

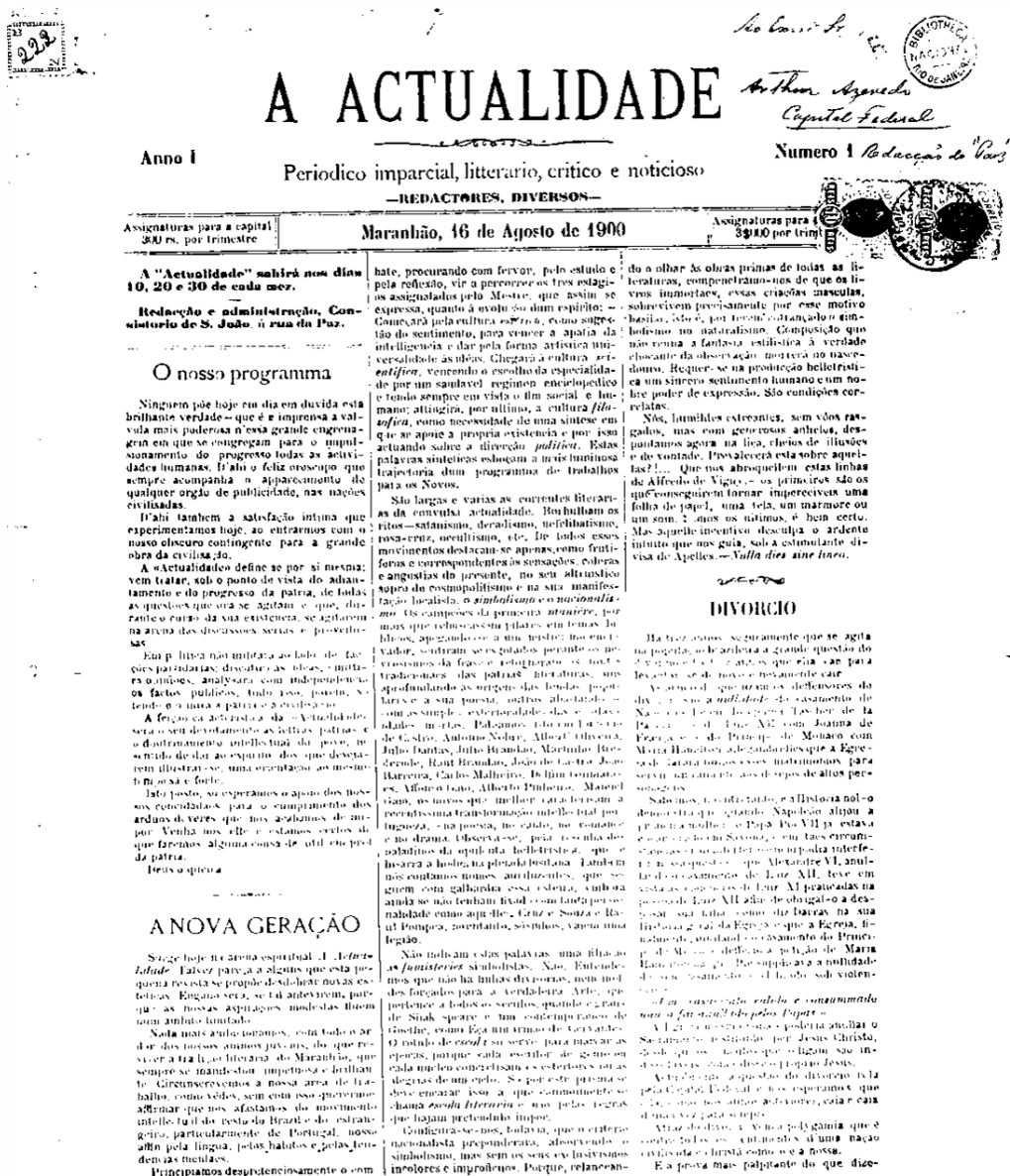


Figura 6 - A Actualidade, número 1, primeira página com três colunas. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2018).

Em síntese, as publicações estudantis liceístas, do início da Primeira República, adotaram um estilo próprio de jornalismo pela influência do professorado, pelo apoio recebido da grande imprensa e envolvimento da comunidade intelectual na sua concepção, organização e divulgação. Os ‘jornalsinhos’ foram conhecidos e reconhecidos pela “[...] maneira de escrever e de ser do [seu] veículo [pelos] [...] aspectos de ritmo, jeito, equilíbrio, linguagem, apresentação, símbolos, ética e personalidade [...]” (Bahia, 1990, p. 82), estabelecendo, assim, um novo segmento na imprensa maranhense, encabeçado por estudantes do Liceu ainda no século XIX.

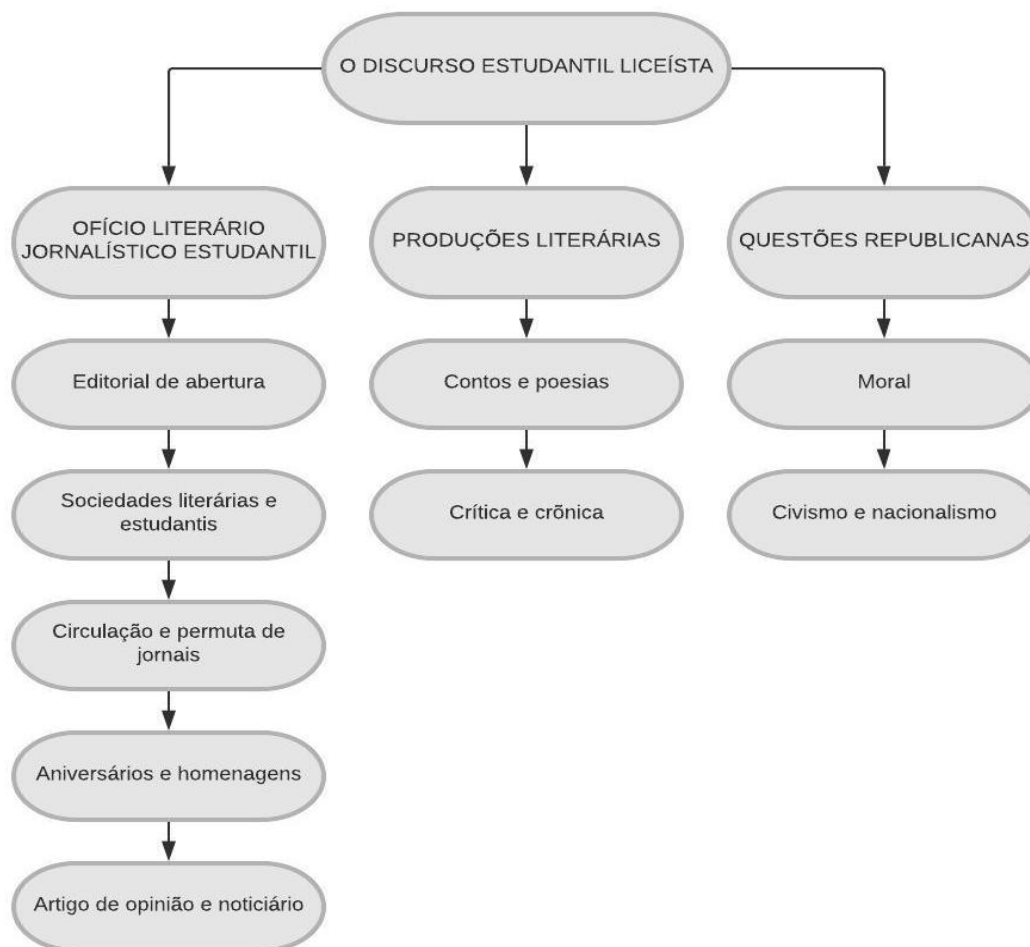
Uma rápida topografia dessa imprensa demonstra que essa atividade jornalística foi materializada nos moldes da tradicional gazeta monárquica: sem uso de recursos tipográficos mais sofisticados e hipervalorizando o texto, que era escrito sempre em quatro folhas, cada uma dividida em três colunas. Se, por um lado, a forma dos periódicos denotava atraso frente às novas técnicas de impressão e ilustração, por outro, ela expressava o grande esforço coletivo em prol da iniciativa estudantil de fazer circular ideias e informações mesmo diante das dificuldades econômicas para manter a periodicidade e a longevidade dos jornais no século XIX.

## **O DISCURSO ESTUDANTIL LICEÍSTA: AS TEMÁTICAS RECORRENTES NOS IMPRESSOS**

Nesta seção apresentamos os principais assuntos debatidos pelos ‘jornalsinhos’, no intuito de compreendermos o discurso, os anseios e as disputas no contexto da iniciativa estudantil na primeira década republicana. Para tanto, todas as mensagens, notas e notícias dos jornais *O Século* (1889), *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895), *O Ideal* (1898) e *A Actualidade* (1900) foram transcritas, analisadas e categorizadas de acordo com suas finalidades informacionais.

O caminho trilhado para a identificação do discurso estudantil liceísta na imprensa foi dividido em duas etapas. A primeira correspondeu à transcrição de todas as notícias e notas dos jornais liceístas. Na segunda etapa, realizamos a análise do conteúdo de todas essas mensagens a partir dos pressupostos da ‘configuração textual’ (Morttati, 2015), levando em consideração, principalmente, o lugar que esses escritos ocupavam dentro da lógica estratégica impressora de um jornal para a transmissão de informações, correlacionando-os com os discursos impressos proferidos.

Nesse sentido, de acordo com a finalidade informacional de cada mensagem, notícia e nota publicada na imprensa liceísta, podemos concluir que o discurso estudantil pode ser entendido a partir de três grandes categorias: ‘ofício literário-jornalístico estudantil, produções literárias e questões republicanas’ (Figura 7).



**Figura 7** - Diagrama do discurso estudantil liceísta nos 'jornalsinhos'.  
 Fonte: Os autores.

A grande categoria 'ofício literário-jornalístico estudantil' reúne editoriais e editoriais de abertura; sociedades literárias e estudantis; aniversários e homenagens; circulação e permuta de jornais entre outras seções consolidadas, tanto nos impressos estudantis quanto na grande imprensa maranhense, que tinham como finalidade informar e promover as atividades inerentes ao trabalho da comunidade discente liceísta no campo da imprensa. De igual modo, a categoria 'produções literárias' contemplou os contos, poesias, críticas e crônicas publicadas pelo alunado do Liceu na imprensa, tendo em vista que as sobreditas seções eram destinadas à apresentação das obras literárias estudantis, reprodução de textos de escritores renomados e comentários referentes ao 'estado das letras' no Maranhão, no Brasil e no mundo. Por fim, a grande categoria 'questões republicanas' reuniu os assuntos das seções que versavam sobre moral, civismo e nacionalismo, devido ao forte teor político desses escritos, os estudantes buscavam dissertar nesses espaços sobre as principais questões históricas, sociais e culturais do regime republicano, no âmbito dos direitos e deveres dos cidadãos.

## O OFÍCIO LITERÁRIO-JORNALÍSTICO ESTUDANTIL

Um dos temas favoritos da imprensa liceísta era a exposição das atividades, êxitos e percalços do trabalho jornalístico e literário estudantil. Assim, a partir de seções como o editorial de abertura, artigos de opinião, noticiários e anúncios, conseguimos identificar alguns aspectos sobre o dia a dia das pequenas redações e as consequências da efervescência literária liceísta em torno da imprensa, tanto para a comunidade escolar quanto para a sociedade maranhense.

Nesse contexto, os editoriais de abertura foram utilizados como “[...] pequenas apresentações do que seriam as finalidades e funções dos jornais estudantis” (Furtado, 2016, p. 55) nos números de estreia. Tal seção, na realidade discente, obedecia a uma estrutura que envolvia, obrigatoriamente, a dissertação dos objetivos das publicações, a explicitação de sua vertente política, as suas pretensões no campo da imprensa maranhense e, principalmente, a relação dos impressos com o desenvolvimento intelectual discente e da Atenas Brasileira.

Quanto aos objetivos, a atuação estudantil na imprensa explicitava que seu acometimento não visava “[...] tomar sobre os [...] ombros o espinhoso e elevado encargo de jornalistas para o qual não temos a fatuidade de julgar-nos aptos [...]” (O Porvir, 1895a, p. 1), isso porque a intenção das folhas estudantis era, tão somente, proporcionar aos “[...] companheiros de estudo um incentivo [...] de dar livre curso às idéas ainda acanhadas e semi-confusas que borbulham em nossas mentes exaltadas pelo clima e pela idade” (O Porvir, 1895a, p. 1).

Assim, deixar bem clara a condição de aprendizes da atividade jornalística e literária foi um tema que permeou toda e qualquer tentativa de apresentação dos editoriais de abertura e os programas da imprensa liceísta. Esse discurso esteve fundamentado em uma estratégia de promoção que visava ao estabelecimento do “[...] acolhimento benévolo que sempre se concede aos jornais que aparecem pela primeira vez e que visam o fim nobre da cultura, da inteligência da mocidade e a sua iniciação no caminho das letras” (O Ensaio, 1890, p. 1).

Desse modo, a indução de uma forma de recepção dos impressos estudantis pretendia inculcar no público leitor o sentimento de compreensão sobre possíveis erros que viessem a ser encontrados nos escritos ou na organização dos ‘jornalsinhos’, dada sua condição de aprendiz, ao mesmo tempo em que sugeria que ter uma boa receptividade à iniciativa estudantil era o primeiro passo para o revigoramento intelectual e cultural da malograda Atenas Brasileira.

Isso exposto, o natural seria que as colunas dos jornais estivessem abertas para as contribuições do alunado, tal como frisou *O Ensaio* em seu número de abertura: “As colunas do ‘Ensaio’ sempre estarão às ordens dos nossos assinantes” (*O Ensaio*, 1890, p. 4, grifo nosso). No entanto, publicar artigos na imprensa estudantil liceísta não era tarefa fácil, como nos revela um extenso artigo de opinião publicado no jornal *A Eschola* (1891, p. 4, grifo nosso):

[...]

Sirvam de juízes entre nós os nossos professores e colegas.

O jornal ‘O Ensaio’ foi criado por um grupo de estudantes de preparatórios com fim de ‘oferecer à mocidade que estuda um meio de tornar conhecidas as suas locubrações’, como se lê no seu primeiro número.

Na terceira edição desse jornal, a qual apareceu em 16 de outubro último, publicou o Sr. Herculano um artigo combatendo a propriedade literária, e como eu não concordasse com a sua opinião, escrevi também um com o fim de publicá-lo no ‘O Ensaio’ para o que tinha direito, visto que as colunas desse jornal estavam francas aos assinantes e eu era um destes.

Foi isto o bastante para incorrer o ódio desse Sr., pois enviando o meu artigo em princípios de janeiro, porque até dezembro estivera ocupado com os exames que fiz, arvorou-se ele em redator d’O Ensaio e em censor dos artigos, e declarou, sacudindo a colossal cabeça com tom de quem tem o supremo mando, que o meu artigo não podia ser publicado, porque sustentava idéas contrárias às suas.

Não me sujeitei às ordens de tão poderoso senhor e reclamei aos fundadores do jornal contra o esbulho.

Então, parodiando Luiz XIV, disse o Sr. Herculano: ‘O Ensaio sou eu’, e proferiu na minha representação o ‘despacho’ – que eu não podia publicar o artigo; e não satisfeito com isto, declarou no n. 5 d’ ‘O Ensaio’ que os artigos dos assinantes só seriam publicados depois do ‘consentimento unânime da redação’ para que mais nenhum outro ignorante e pequenino tivesse a ousadia de sustentar idéas contrárias às de seu ‘amo’ e ‘senhor’ [...].

Em síntese, a denúncia de censura apresentada pelo senhor José Augusto Barreto de Mello Rocha foi motivada por um conflito de idéas entre o mesmo e o senhor Herculano, o redator d’*O Ensaio*. Tal tensão interna no trabalho literário jornalístico estudantil produziu efeitos, uma vez que, ao se deparar com um artigo dotado de idéas contrárias às suas, o redator do mesmo ‘jornalinho’ que anteriormente havia declarado à abertura irrestrita de suas colunas para seus assinantes, instituiu que a publicação de artigos somente se efetuaria, daquela hora em diante, quando aprovada pela equipe da redação por unanimidade.



Em vista disso, de forma geral, os artigos de opinião foram utilizados pela imprensa liceísta para a exposição de conflitos ligados à atividade jornalística estudantil, estando, assim, em consonância com a premissa de “[...] tratar-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião” (Melo, 2003, p. 92), sem amarras com o princípio da imparcialidade do jornalismo.

Por outro lado, coube às seções de notícias apresentarem os acontecimentos que faziam parte, direta ou indiretamente, do cotidiano dos ‘jornalsinhos’ e de seus produtores. Sob o título de ‘Notícias’, ‘Noticiário’ ou ‘Expediente’, normalmente estavam dispostas entre as últimas folhas e colunas dos periódicos e traziam informações gerais a respeito da organização e dos principais acontecimentos do meio estudantil. Nesse sentido, a partir da análise desse material, pudemos perceber que as obrigações escolares, a chegada e a partida de estudantes, letrados e militares, a criação de sociedades literárias e estudantis, e o recebimento e a permuta de jornais escritos por alunos ou não faziam parte da rotina da mocidade estudiosa maranhense que se enveredava nas primeiras lides da imprensa.

No âmbito das obrigações escolares, *O Porvir*, em 1895, relacionou nominalmente, num longo noticiário, a quantidade de inscritos, os professores avaliadores e os alunos aprovados nos exames de preparatórios realizados pelo Liceu naquele ano. De acordo com o *Regulamento do Lyceu Maranhense* (1895), tais avaliações eram denominadas de ‘Actos Finais’ e consistiam na segunda etapa de uma série de três exames que os liceístas deveriam prestar durante os sete anos do curso integral de letras e ciências. Na ocasião, foram realizadas provas escritas, orais e práticas de português, francês, aritmética e álgebra, geometria e trigonometria, geografia, física e química, e história natural. Desse modo, depreendemos que os alunos se dividiam entre as atividades escolares e as da imprensa, muitas vezes, tendo que deixar esta última de lado, pois a obtenção do título de bacharel dependia, em parte, da aprovação nessas avaliações.

Enquanto instituição formadora da imprensa estudantil, as seções de notícias dos ‘jornalsinhos’ também se ativeram às questões relacionadas ao Liceu e à movimentação de seus alunos. Nesse sentido, o jornal *O Ensaio* destacou, em sua coluna de Expediente, a fundação do ‘Gremio Litterario Estudantal’ no Liceu Maranhense em 1890, que tinha como finalidade “Instruir os seus membros a defender os interesses da classe estudantal” (*O Ensaio*, 1890, p. 4), por meio de reuniões que abriam espaço para a defesa de teses do alunado.

Diante dessas informações, podemos inferir que a criação de grêmios e/ou uniões estudantis no Liceu Maranhense foi uma das consequências do movimento literário-jornalístico estudantil, que somente aconteceu em prol de interesses em comum da comunidade discente e se efetivou por meio da instauração de práticas específicas estranhas às prerrogativas do currículo liceísta e que poderiam culminar

na criação de pequenos periódicos. Tais iniciativas discentes, embora idealizadas por jovens inexperientes no campo das letras, possuíam certo grau de organização que se assemelhavam às tradicionais associações literárias, como nos indica *O Ensaio*, mais uma vez na seção Expediente, ao informar o recebimento de “[...] um exemplar dos Estatutos da Sociedade União Instrutiva. Agradecemos” (*O Ensaio*, 1890, p. 4).

Utilizada como estratégia de promoção dos impressos, a prática de permuta de jornais aparecia constantemente entre as páginas dos ‘jornalsinhos’, em pequenas notas sobre a saída ou recebimento de novos números, em notícias destacando a contribuição de periódicos para o campo da imprensa ou, ainda, em seções específicas, vários jornais, incluindo os estudantis, locais e de outras regiões foram divulgados na imprensa liceísta. Ante as dificuldades econômicas enfrentadas para se manter qualquer publicação periódica no final do século XIX, fosse em tiragem ou propaganda, esse modo de se fazer ‘circular’ os jornais, fundamentado na troca de números, se mostrava como a forma mais barata de publicização dos ‘jornalsinhos’. Ao que parece, essa estratégia de promoção da imprensa colaborou com a divulgação dos pequenos periódicos, tendo eles atingido não somente os leitores da capital, São Luís, mas os do interior do Estado também. É o que nos revelam as recorrentes mensagens de boas vindas e notas de despedida de estudantes, literatos e militares que visitaram as redações dos pequenos periódicos liceístas e com eles contribuíram com alguns escritos.

A exposição do envolvimento de pessoas de fora dos limites da grande ilha de São Luís com a iniciativa estudantil fora bastante representativa quando da publicação de um soneto, recebido pelo jornal *O Porvir*, no qual o senhor Neves Ribeiro, ainda na tenra idade da infância, parabenizava a mocidade estudiosa pela publicação dos jornais, revelando o seu apreço pela instrução e pedindo aos jovens liceístas que continuassem a lutar no campo da imprensa e da literatura, reiterando o desejo de participar desse movimento.

Aos redatores do Porvir  
Presigue, gênios de águia, na carreira ingente,  
Que Deus talhou-vos, no jornal ‘Porvir’,  
Louros, de certo, no futuro haveis de unir,  
Não recueis mais nem um passo [...] á frente!  
Avante! Avante! mocidade honrosa!  
Não percais um momento, um só instante!

Não cessarei de dizer: - avante! avante!  
A vós, oh! Juventude estudiosa! [...]

Ah! Quão infeliz eu sou, Deus meu!  
Quisera, entre vós, mancebos, habitar,  
P’ra fruir d’essa aventura, d’esse apogeu.

Mas assim não quiseste, oh! Providência,  
 Que entre [...] estivesse p'ragosar...  
 Resignante, dizes-me, mais paciência (O Porvir, 1895b, p. 2, grifo nosso).

Dessa forma, utilizando os próprios impressos como vitrine, os jovens jornalistas se valeram das seções consolidadas nos moldes da grande imprensa para a promoção de suas práticas jornalísticas e literárias bem como das consequências dessa pequena fase de efervescência estudantil para a sociedade maranhense. O que esperavam com essas mensagens, notas, notícias e artigos de opinião era dar visibilidade à movimentação estudantil em prol das letras de sua terra, além de impactar e estimular o acolhimento daqueles que, futuramente, viriam a alçar os mais altos cargos do Estado e os postos de intelectuais na Atenas Brasileira.

## PRODUÇÕES LITERÁRIAS: POESIA, CRÍTICA, CRÔNICA E CONTO

Enquanto palco para a apresentação das produções do alunado liceísta, sob a orientação dos professores e de alguns intelectuais, a imprensa estudantil ganhou a característica literária por abusar de poesia, crítica, crônica e conto em sua composição. Tal ênfase é um reflexo do modelo de ensino secundário oferecido pelo Liceu Maranhense que, desde sua fundação em 1838, privilegiava um currículo baseado em disciplinas de caráter humanista, em detrimento das ciências exatas e naturais. Das treze cadeiras que formavam o programa curricular do Liceu, em sua lei de criação, nove eram do campo das letras, humanidades e artes<sup>14</sup> e apenas quatro pertenciam à área das ciências exatas<sup>15</sup>.

Com o advento da República, em 1889, o currículo do Liceu passou por transformações significativas. Segundo o *Regulamento do Lyceu Maranhense* (1895), o curso integral de sete anos para a titulação de bacharel em ciências e letras era composto por 21 cadeiras, divididas da seguinte forma: oito para a formação discente no campo das ciências exatas e físicas (aritmética e álgebra; geometria e trigonometria; física e meteorologia; química e mineralogia; biologia; botânica, zoologia e geologia; elementos de cálculo diferencial e integral; geometria analítica e mecânica racional) e treze no ramo das letras, humanidades e artes (língua portuguesa; língua grega; língua latina; língua francesa; língua inglesa; língua alemã; literaturas portuguesa e brasileira; geografia; história universal; história do Brasil; sociologia; desenho e música). Embora o número de disciplinas correspondentes às ciências tivesse dobrado, com relação ao currículo de criação do

<sup>14</sup> Filosofia racional e moral; retórica e poética; geografia e história; gramática filosófica da língua e análises dos nossos clássicos; língua grega; língua latina; língua francesa; língua inglesa e desenho.

<sup>15</sup> Aritmética, primeira parte da álgebra, geometria e trigonometria plana; segunda parte de álgebra, cálculo e mecânica; navegação, trigonometria esférica, e observações astronômicas; cálculo mercantil, e escrituração por partidas dobradas.

Liceu, essa instituição de ensino ainda conservava os foros de centro convergente e formador de mentes cultas e, principalmente, letradas.

Nesse sentido, ao utilizarem os ‘jornalsinhos’ como meio para desenvolver a sua intelectualidade, os estudantes apresentaram diversas produções e reproduções literárias que refletiam o que eles aprendiam em sala de aula e, conseqüentemente, as principais características do currículo aplicado no Liceu Maranhense. Tendo em vista a forte influência francesa na concepção das instituições científicas brasileiras e na organização curricular do Liceu durante todo o século XIX, um dos temas que mais permeou as produções estudantis foi a exaltação às contribuições da França para o mundo, como bem sintetiza a crônica histórica, escrita por Alcides Pereira, um dos redatores do jornal *O Ensaio*.

É ela o céu da Europa que ama e admira, é ela a criança inquieta, tresloucada, mas sublime que o universo acaricia e beija.

[...]

É ela o sol de onde emana a luz sobre o mundo intelectual; e do coração do universo.

É ela a fonte santa onde todos os povos vão beber a longos tragos os jorros da ciência.

[...] (O Ensaio, 1890, p. 2).

Ainda sob a influência francesa, um dos autores aclamados pelos jovens liceístas foi justamente o francês Victor Hugo. Considerado um dos maiores escritores do século XIX, o autor de *Os miseráveis* e *O Corcunda de Notre-Dame* teve textos seus publicados pelos ‘jornalsinhos’, além de menções honrosas.

Todavia, não somente de exaltações à cultura francesa viviam os estudantes maranhenses, é o que revela uma transcrição intitulada ‘Estudos Gramaticais’, publicada no jornal *O Porvir*, sem indicação de autoria. O referido texto é uma crítica “[...] ao indesculpável abuso de enxertar em nossa linguagem vocábulos exóticos, [...]” (O Porvir, 1895b, p. 2), quando temos um vernáculo com o mesmo significado na língua portuguesa.

Para a ilustração de sua indignação, o autor utiliza como exemplo a palavra ‘envelope’, que, mesmo sendo de origem francesa, fora introduzida na língua portuguesa em substituição a um termo totalmente nativo: o ‘sobrecarta’. Colaborando ainda mais com a discussão, o denunciante do uso indevido de palavras estrangeiras relata que não faz sentido a utilização de ‘envelope’ em português, uma vez que é um termo genérico que, em francês, significa tudo o que envolve ou embrulha, enquanto ‘sobrecarta’ detém sentido restrito, ou seja, a capa de uma carta. Por fim, o autor conclui que o uso da palavra ‘envelope’ no Brasil, em pleno

século XIX, está ligado, “Sem dúvida, a desgraçada mania de desprezar o que é nosso e bom, só para tomarmos do estranho até o que não presta” (O Porvir, 1895b, p. 3).

De igual modo, Antônio Lobo, em uma seção de crítica literária de *O Século*, também teceu algumas considerações sobre o hábito de incorporação dos modelos estrangeiros em detrimento do desenvolvimento e/ou utilização de algo genuinamente brasileiro. A partir da constatação de que a literatura brasileira, na última década do século XIX, “[...] atravessa uma época de verdadeira decadência, sem ideal, sem modo especial característico, [...]” (O Século, 1890, p. 1), Lobo acusa o ato de buscar inspirações em fontes do outro lado do Atlântico, notadamente na Europa, como a principal causa do abatimento da literatura nacional que se resumia, na sua opinião, em obras nada originais ou úteis. Nesse cenário, o autor atribui aos jovens literatos a culpa pelo marasmo das letras pátrias, ratificando que “Os moços que se dedicam à carreira das letras, longe de se aplicarem a um estudo sério e aproveitável, caem muito cedo no ‘diletantismo’, entretêm-se com uma literatura ligeira, despida de todo o mérito e originalidade” (O Século, 1890, p. 1, grifo nosso).

Para exemplificação de sua crítica, o autor apresenta o panorama das produções artísticas brasileiras que, envoltas ao movimento naturalista das últimas décadas do XIX, se transformaram quase em sua totalidade no.

[...] romance naturalista, a poesia naturalista, a arte naturalista enfim, é o que mais seduz os nossos litterarios. Mais longe de estudarem a nossa natureza, de pintar ao vivo os nossos costumes, de descrever o nosso meio social, eles vão inspirar-se no naturalismo francez de Zola e Daudet [...] (O Século, 1890, p. 1).

De acordo com esses escritos, podemos observar que as seções de críticas nos ‘jornalsinhos’ privilegiavam discutir assuntos referentes às influências estrangeiras nas manifestações artísticas, linguísticas e culturais do Brasil, ressaltando, sobretudo, o valor das ‘coisas’ de nossa terra. Nesse movimento, Antonio Lobo conclui sua crítica publicada n’*O Século*, afirmando que, durante as duas últimas décadas do XIX, ou seja, o momento de estabelecimento do naturalismo no Brasil, “[...] Aluísio Azevedo incontestavelmente, d’entre nossa mocidade talentosa, o único talvez que parece querer aproveitar o seu talento em trabalho de algum fundo de utilidade manifesta” (O Século, 1890, p. 2). No tocante ao maranhense Aluísio Azevedo, ressaltamos que ele é considerado o principal representante do naturalismo no Brasil, sendo de sua autoria o romance *O mulato* (1881), a obra que inaugura esse movimento nas terras brasileiras, e *O cortiço* (1890), o livro ápice dessa escola literária no país.

Com relação às poesias publicadas na imprensa liceísta, constatamos que elas eram sempre assinadas pelo autor e dedicadas a pessoas específicas. No entanto,



ainda que a publicação dos poemas tivesse como finalidade expor o trabalho literário dos jovens jornalistas e poetas, devendo, para tanto, apresentar, nominalmente, o responsável por sua criação, às vezes, os autores assinavam suas obras pelo nome completo, mas, não raro, apenas com iniciais ou pseudônimos, o que talvez se deva ao fato de serem textos que, em sua maioria, abordavam acontecimentos pessoais, amores e paixões platônicas da juventude.

## QUESTÕES REPUBLICANAS

No Maranhão, um dos momentos mais representativos do ‘clamor popular’ pela instauração do regime republicano foi, segundo Viveiros (1992, p. 113), “A estrondosa e surpreendente vaia com que os estudantes do Liceu Maranhense receberam o Conde d’Eu, ilustre Príncipe Consorte da Herdeira do trono [...]”, que estava em excursão pelas províncias do norte do Brasil, entre julho e agosto de 1889, em busca de popularidade e adesão de novos aliados para o denominado Terceiro Reinado do Império Brasileiro.

O envolvimento pouco amistoso da comunidade discente liceísta com as questões da monarquia mostra que a juventude maranhense, igualmente a outros setores da sociedade brasileira, aspirava pela ruptura com o império que, nas décadas finais do século XIX, apresentava um quadro de desprestígio pela sua resistência para a realização de novas reformas, eleições fraudulentas e descontentamentos generalizados por parte dos militares pela falta de direitos, assim como dos grandes fazendeiros, pela abolição da escravidão em 1888. Para Andrade (1984, p. 10), “O programa republicano, buscando dar amplitude e florescimento ao liberalismo econômico, foi, pouco a pouco, integrando os grupos de interesses contrários à estrutura de poder que a Monarquia mantinha [...]”, chegando a seu apogeu em 15 de novembro de 1889 com a proclamação da República pelas mãos dos militares e envio de dom Pedro II e seus familiares para o exílio em Lisboa.

Assim, envolvida pelos ares do novo regime que ansiava “A renovação de idéias, abolindo velhos usos, e reivindicando novos direitos” (Viveiros, 1992, p. 115), a imprensa liceísta destinou alguns espaços em seus impressos para apresentação e debate das questões referentes ao estabelecimento da República no Brasil. Para os estudantes, expor as qualidades do republicanismo perpassava, principalmente, pela exaltação das datas cívicas, a começar pela maior delas: o 15 de novembro de 1889.

15 DE NOVEMBRO

Gloriosas são as datas que o Brazil conta em sua história, cujos factos, tão recente, estão na memória de todos.

[...]

Mas, como corellario d'esses acontecimentos gloriosos ou porque a índole brasileira seja propensa a maior somma de liberdades políticas, surdío, no nosso evoluir, o 15 de novembro.

Tinhamo-nos emancipado da Metropole. Déramos uma formidável licção ao Paraguay audaz e ambicioso. Libertamos os escravos, homens como nós, mas que por uma fatalidade se vira longo tempo sujeito ao azorrague do feitor e toda sorte de castigos que se lhe quizesseinflingir.

Era, pois, natural e urgente que também nos libertássemos da escravidão monárchica, banindo essa dynastia enferma e ambiciosa.

E assim se fez.

A opinião pública, apoiada pelo rigoroso braço de Deodoro, apelando os impostores dymnasticos, gritam bem alto:

Viva a República! (O Ideal, 1898b, p. 1).

Os textos sobre datas cívicas, publicados nos 'jornalsinhos', no geral, buscavam apontar o contexto histórico e o impacto desses acontecimentos para a história do país. Encaradas como ocasiões que formaram o conjunto de valores nacionais, além do dia da Proclamação da República, as datas do Descobrimento da América (12 de outubro de 1492), da Independência do Brasil (07 de setembro de 1822) e da Adesão do Maranhão ao Regime Republicano (18 de novembro de 1889) ganharam relevo nas páginas da imprensa liceísta por suas contribuições para o progresso e a liberdade do Brasil.

Ainda sobre a instauração da república, um de seus dispositivos foi lembrado, também a partir de sua data de criação, pela importância de seu conteúdo que dizia: “[...] tudo o que somos e podemos como cidadãos brasileiros; [...] [e], ainda mais, [...] [é] a concretização de todas as regalias da nação e por isso o código dos direitos que a fazem respeitar dentro e fora do paiz” (O Ideal, 1899, p. 1): a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada em 24 de fevereiro de 1891. Ao lembrar a data de promulgação da Constituição, os estudantes contribuíam para a divulgação dos novos moldes de organização do governo brasileiro e de sua importância para o exercício do poder social e político no Estado republicano. Nesse movimento, algumas discussões foram travadas pelos 'jornalsinhos' no tocante à

mulher, enquanto sujeito de direito, questionando a brandura de penas aplicadas a esta de acordo com o código penal, e o seu possível direito ao voto e ao divórcio.

Quanto às consequências do advento da república, para o jornal *O Ensaio* (1890, p. 4), o balanço referente a quase um ano depois da instauração do novo regime demonstrava que “A instrução já vae tendo algum desenvolvimento [...], [...] A reforma eleitoral, a abertura de aulas noturnas e o aumento de escolas públicas, tem contribuído de uma maneira admirável para isso”. No entanto a pequena folha periódica constatara que o interesse pela instrução, por grande parte da sociedade brasileira, era, unicamente, no sentido de aprender a ler e escrever, uma vez que, com a reforma eleitoral, esse se constituía como um dos requisitos para o direito ao voto. Assim, para os estudantes, a instrução não deveria ser encarada como um passaporte para o título de eleitor, mas como a forma de se obter conhecimento útil em todos os ramos da vida, incluindo as decisões sobre os rumos políticos do Brasil.

Ao focar a importância da instrução, em seu sentido amplo, a imprensa liceísta estaria defendendo o meio do qual dependia a sua sobrevivência, tendo vista a posição de favoritismo que o jornal ocupava, enquanto suporte, para o exercício da leitura e das letras. No mais, os jovens jornalistas rogavam pela

[...] criação de aulas noturnas especiais para adultos e principalmente para os libertos pela Lei 13 de maio, é também de grande necessidade, pois muitos deles até mesmo velhos procuram aprender, porém tem vexame de estudar A B C ao lado de um pequenito que já lê corretamente. A ignorância não lhes deixa compreender que os mais adiantados da aula principiaram pelo A, B, C (O Ensaio, 1890, p. 4).

Por outro lado, a imprensa liceísta maranhense também noticiou questões territoriais e diplomáticas que abalaram a estabilidade do primeiro governo da jovem república brasileira, notadamente sobre a situação da Ilha de Trindade, ocupada pela Inglaterra entre os anos de 1895 e 1896, e do Amapá, invadido por franceses. Em ambas as situações, os estudantes acreditavam que o

Dr. Prudente de Moraes [o Presidente] conseguirá certamente reabilitar a república pacífica de 15 de novembro e malograr [...] [o] resto de esperanças monárquicas que porventura passem existir ainda espalhadas pelo país fazendo encrudescer o entusiasmo pela causa santa da república, que é da liberdade e da justiça (O Porvir, 1895b, p. 1).

De fato, os territórios terminaram sendo devolvidos ao Brasil: a Ilha de Trindade em 5 de agosto de 1896 e o Amapá somente em 1900.

O apoio incondicional dos ‘jornalsinhos’ ao regime republicano, fosse na divulgação das datas cívicas, fosse na propagação de feitos, questões e impasses do novo regime, esteve fundamentado na noção de liberdade e progresso que somente uma associação com ideais republicanos poderia proporcionar. Enquanto jovens jornalistas e literatos, era a partir da incorporação desse ideário que esses estudantes lutariam, por meio de seu veículo impresso, em prol do estabelecimento de uma imprensa livre que trabalhasse, principalmente, na defesa da educação e dos direitos de todos os cidadãos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o século XIX, os jornais desempenharam papel fundamental no desenvolvimento político, social, educacional e cultural do Maranhão, chegando a ser considerados uma das instituições mais tradicionais e representativas da sociedade maranhense. A proliferação dessas publicações, em seus mais diversos segmentos, assim como a fecundação da atividade tipográfica e jornalística local e o aparecimento de ilustres literatos que se valiam desse veículo para a divulgação de seus escritos eram uma realidade no único espaço territorial cognominado de Atenas Brasileira durante o período oitocentista. Nesse cenário, o Liceu Maranhense, enquanto instituição escolar de formação do pensamento educacional e cultural, se tornou, na última década do século XIX, o maior centro convergente e irradiador da atividade periódica estudantil local.

Desse modo, contabilizamos a existência de seis periódicos estudantis produzidos por alunos do Liceu Maranhense entre os anos de 1889 e 1900: *O Século* (1889), *O Ensaio* (1890), *A Eschola* (1891), *O Porvir* (1895), *O Ideal* (1898) e *A Actualidade* (1900). Ao centrarmos nossa análise no movimento da imprensa liceísta, tomando-a como fonte e objeto de estudo simultaneamente, descobrimos que tais impressos foram materializados nos moldes da tradicional gazeta (contendo três ou quatro colunas, com uso reduzido de recursos tipográficos em prol da supervalorização do texto) e que os mesmos ocuparam lugar de destaque na sociedade maranhense, sendo reconhecidos e aclamados por suas preciosas contribuições à vida cultural e literária do círculo social ludovicense.

No plano das temáticas abordadas pela imprensa liceísta, no intuito de compreendermos o discurso estudantil, percebemos que elas foram influenciadas pelo modelo de educação e saberes ofertados nesse colégio, além de estarem arranjadas de acordo com os objetivos dos sujeitos que as produziram. Nesse sentido, ao tomarmos os ‘jornalsinhos’ como fonte, identificamos que eles se organizavam nos moldes das publicações periódicas da grande imprensa, apresentando editoriais de abertura, artigos de opinião, noticiário, seções de expediente etc. No entanto, em relação aos conteúdos dessas mensagens, elas nos dirigiram ao discurso estudantil liceísta, estruturado em três eixos específicos: a

manifestação das atividades inerentes à prática jornalística e literária do alunado, a exposição das produções literárias dos jovens letrados e a divulgação dos principais acontecimentos e questões do início do período republicano.

Assim, os sujeitos envolvidos na imprensa liceísta publicada na primeira década republicana (alunos, professores e personalidades letradas) se valeram do poder do veículo impresso para legitimar suas práticas intelectuais, o que contribuiu para o fomento do setor tipográfico maranhense e para manter a tradição do Liceu como instituição escolar formadora de mentes cultas e letradas. Sobretudo, tal movimento esteve fundamentado, de forma macro, no sentimento de revigoração da Atenas Brasileira que se encontrava em estado decadente.

## FONTES

*A Actualidade*. (1900). n. 1.

*A Eschola*. (1891). n. 2.

*O Ensaio*. (1890). n. 1.

*O Ideal*. (1898a). n. 1.

*O Ideal*. (1898b). n. 2.

*O Ideal*. (1899). n. 2.

*Pacotilha*. (1881). ano 1, n. 6, p. 4.

*Pacotilha*. (1890). n. 205.

*Pacotilha*. (1898), n. 246.

*O Porvir*. (1895a). n. 1.

*O Porvir*. (1895b). n. 3.

*Regulamento do Lyceu Maranhense*. (1895).

*O Século*. (1890). ano 2.



## REFERÊNCIAS

- Andrade, B. M. (1984). *O discurso educacional do Maranhão na Primeira República*. São Luís, MA: UFMA.
- Bahia, J. (1990). *Jornal, história e técnica*. São Paulo, SP: Ática.
- Chartier, R. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, PT: DIFEL.
- Furtado, L. N. M. (2016). *A imprensa estudantil liceísta maranhense na Primeira República (1907-1930)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- Gaspar, C. (2012). Antônio Lobo: traços biográficos. In C. A. Castro, S. L. V. Castellanos & M. L. Felgueiras (Orgs.), *Escritos de história da educação: Brasil e Portugal* (p. 125-132). São Luís, Café & lápis.
- Hemeroteca Digital Brasileira*. (2018). Recuperado de: [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)
- Le Goff. (1990). *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Lobo, A. (1909). *Os novos atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão*. São Luís, MA: AML/EDUEMA.
- Lucá, T. R. (2008). Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos impressos. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (p. 111- 153). São Paulo, SP: Contexto.
- Martins, M. J. B. (2006). *Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís, MA: EDUFMA.
- Melo, J. M. (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira.
- Moraes, J. (1976). *Apontamentos de literatura maranhense*. São Luís, MA: Sioge.
- Mortatti, M. R. L., Bertoletti, E. N. M., Oliveira, F. R., Mello, M. C. O., & Trevisan, T. A. (Orgs.), (2015). *Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil*. São Paulo, SP: Editora UNESP.

Nunes, C., & Carvalho, M. M. C. (2005). Historiografia da educação e fontes. In J. G. Gondra. *Pesquisa em história da educação no Brasil* (p. 17-62). Rio de Janeiro, RJ: Dp&A.

Viveiros, J. (1992). *História do comércio do Maranhão (1896-1934)*. São Luís, MA: LITHOGRAF.

---

**CESAR AUGUSTO CASTRO** é Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1988). Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Pós Doutor em Educação pela USP (2006) e pela Universidade do Porto (2011). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Biblioteconomia (UFMA). Pesquisador Produtividade do CNPq.

**E-mail:** ccampin.ufma@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0001-7650-895X>

**MAYRA CRISTHINE DOS SANTOS CABRAL** é graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras.

**E-mail:** mayracabralc@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0002-4792-4628>

**SAMUEL LUIS VELÁZQUEZ CASTELLANOS** é Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1988). Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Pós Doutor em Educação pela USP (2006) e pela Universidade do Porto (2011). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Biblioteconomia (UFMA). Pesquisador Produtividade do CNPq.

**E-mail:** samuel.vcastellanos@gmail.com  
<http://orcid.org/0000-0003-0849-348X>

**Recebido em:** 03.05.2019

**Aprovado em:** 02.07.2019

**Como citar este artigo:** Castro, C. A., Cabral, M. C. dos S., & Castellanos, S. L. V. A imprensa estudantil liceísta no Maranhão (1889-1900). (2019). *Revista Brasileira de História da Educação*, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e084>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).